



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR

ATA DA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR- DOIS MIL E DEZESSEIS

Ata da Primeira Reunião Extraordinária do Egrégio Conselho Superior, realizada no dia sete de março de dois mil e dezesseis, com início às dez horas e cinco minutos, na sala de reuniões do décimo sexto andar.

1 Aos sete dias de março de dois mil e dezesseis, com início às dez horas e cinco minutos, na sala
2 de reuniões do décimo sexto andar da Defensoria Pública do Estado do Paraná, situada na Rua
3 Cruz Machado, número cinquenta e oito, realizou-se a **PRIMEIRA REUNIÃO**
4 **EXTRAORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA**
5 **PÚBLICA DO PARANÁ**, com a presença dos Excelentíssimos Membros Natos: Presidente do
6 Conselho Dr. Sérgio Roberto Rodrigues Parigot de Souza, Subdefensor Público-Geral Dr. Eduardo
7 Pião Ortiz Abraão, Corregedora-Geral Dra. Vania Maria Forlin e Ouvidor-Geral Gerson da Silva.
8 Presentes também Excelentíssimos Membros Titulares: Dra. Andreza Lima de Menezes, Dr. Erick
9 Le Palazzi Ferreira, Dr. Henrique Camargo Cardoso, Dra. Monia Regina Damião Serafim e Dr.
10 Nicholas Moura e Silva. Da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Paraná – ADEPAR,
11 presente a Dra. Thaísa Oliveira dos Santos. **EXPEDIENTE – I)** cumprimentando a todos o
12 Presidente abriu a sessão, fez a conferência do quórum e instalou a reunião. **II)** – Sem atas para
13 assinatura. **III)** – Não houve distribuição. **IV)** – O Dr. Antônio, Defensor Público atuante em Santa
14 Cândida, inscreveu-se para o momento aberto. O Defensor saudou a todos falando da satisfação
15 de retornar a reunião do Conselho, onde foi membro no primeiro mandato. Informou que em nome
16 dos Defensores Coordenadores de Grupo de trabalho, vem falar sobre a criação de Ofícios, em
17 razão da entrada dos Defensores aprovados no II concurso, o qual é motivo de muita alegria, pois
18 significa a expansão da instituição. Os Coordenadores pediram para falar sobre a importância da
19 criação dos núcleos temáticos com afastamento do membro coordenador de suas atribuições
20 Ordinárias. O Dr. Antônio ressaltou que foi o relator da Deliberação que tratou dos núcleos
21 temáticos e que teve contato com diversas Defensorias para ver o funcionamento dos núcleos e
22 pode verificar a importância desses grupos para o cumprimento da missão das Defensorias. O
23 Defensor solicitou que o conselho analise sobre os núcleos e informou que trouxe o pedido de
24 reunião dos Coordenadores, dirigido ao Defensor Público-Geral, visto que foi agendada, porém
25 desmarcada sem informar nova data. Os Coordenadores também comunicam que as atividades
26 dos grupos estão suspensas pelas dificuldades em desempenhá-las juntamente as atribuições
27 ordinárias. O pedido foi das Dras. Renata, Livia, Monia e Camille. A Dra. Andreza também se
28 posicionou endossando as palavras do Dr. Antônio e informando que acompanha o Grupo de
29 Trabalho da área de Infância e realmente há grandes dificuldades. Há cobranças de atuação por
30 órgãos externos e não há como oferecer resposta com a velocidade que se espera. Falou ainda que,
31 os grupos não têm legitimidade e que conta somente com voluntarismo sempre das mesmas
32 pessoas. A Dra. Monia observou que as nomeações vão acontecer com a inclusão de ofícios, o que



**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR**

33 possibilitará as remoções de membros. Ressaltou que o Conselho deve estar ciente que é inviável
34 fazer lotações e, após iniciadas as atividades, fazer a remoção. Ressaltou também a questão da
35 importância dos núcleos. O Ouvidor se manifestou endossando o pleito e demonstrando sua
36 preocupação em relação a Defensores atuarem nos grupos por voluntarismo e sobre a informação
37 da suspensão das atividades dos grupos, pois vê com extrema importância a atuação juntamente
38 aos movimentos sociais. Em seguida, o Dr. Sérgio questionou ao Dr. Antônio sobre o porquê foi
39 decidido pela suspensão. O Dr. Antônio então fez a leitura do documento enviado pelas
40 coordenadoras. No documento citaram o acúmulo de trabalho e a solicitação de reunião com a
41 Defensoria-Geral para chegar a uma solução. Com pesar informam a suspensão. O Dr. Sérgio
42 informou que vai analisar o documento, mas aponta como desnecessária essa suspensão, dentre as
43 razões, pela proximidade de nomeação de aprovados para a carreira. O Dr. Eduardo informou
44 sobre a grande quantidade de compromissos inadiáveis da Defensoria Pública-Geral, o que
45 provavelmente causou o cancelamento da reunião com as coordenadorias. No contexto das
46 lotações, o Dr. Erick apontou a necessidade e a importância de ter atendimento dos Defensores
47 Públicos no complexo penitenciário pelo menos uma vez por semana. **V) A-** O Dr. Eduardo
48 comunicou que houve suplementação do orçamento da Defensoria, o que possibilitará as
49 nomeações de aprovados do segundo concurso para carreira. Comunicou também que, juntamente
50 ao Defensor Público-Geral, participará de reunião na Assembléia legislativa para protocolar
51 projetos de Lei. **B)** A sessão contém um item em pauta, que é a proposta de alteração da
52 Deliberação um de dois mil e quinze encaminhada pelos Drs. Matheus Cavalcanti Munhoz e Paulo
53 Cinquetti Neto. Na proposta incluíram os escritórios das Defensorias de Apucarana, Campo Mourão
54 e Francisco Beltrão e alteraram os escritórios um ao três da Defensoria de Curitiba e incluíram a
55 centésima quadragésima quarta Defensoria Pública de Curitiba. O Dr. Erick observou que foi
56 decidido pelo Conselho Superior que ao criar escritório para uma determinada sede, deve-se retirar
57 um escritório Itinerante. Em seguida, o ouvidor observou que os escritórios foram definidos para atender
58 conforme o Sistema Judiciário, em todas as varas incluindo o segundo grau, porém é necessário
59 analisar que outras necessidades surgirão, como por exemplo, a Casa da Mulher Brasileira, que
60 será inaugurada em breve e precisa ter Defensor atuando. Às onze horas foi suspensa a reunião
61 conforme informado. Retomada a reunião e o tema, o Dr. Erick solicitou a retificação das
62 nomenclaturas da quinta a quadragésima terceira defensoria Pública Itinerante da Região
63 Metropolitana de Curitiba, para constar como Defensoria Pública Itinerante da Comarca da Região
64 Metropolitana de Curitiba. A Sugestão foi aceita por todos. Retomada a análise da minuta, ficou
65 decidido pela criação e alterações dos escritórios. Primeiramente, sobre as Defensorias da Cidade de
66 Apucarana, ficou decidido constar da Primeira a oitava Defensoria, sendo a primeira com
67 atribuição para atender o Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública; a segunda para
68 atender a primeira Vara Cível e da Fazenda Pública; a terceira com atribuição para atender a
69 segunda Vara Cível e da Fazenda Pública; a quarta para atender a primeira Vara Criminal; a quinta
70 para atender a segunda Vara Criminal; a sexta e sétima para atender a Vara de Família e Anexos e
71 a oitava para atender às demandas de Infância e Juventude na área cível e infracional, bem como
72 atuar junto aos Conselhos Tutelares e à rede de atendimento à criança e ao adolescente. Também
73 foram criados os Escritórios Itinerantes, a constar primeira a quinta Defensoria Pública Itinerante de
74 Apucarana. Foi deliberado também a criação da primeira a oitava Defensoria Pública de Campo
75 Mourão. A Primeira com atribuição para atender o Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR

76 Pública; a segunda para atender a primeira Vara Cível e da Fazenda Pública; a terceira com
77 atribuição para atender a segunda Vara Cível e da Fazenda Pública; a quarta com atribuição para
78 atender a primeira Vara Criminal; quinta para atender a segunda Vara Criminal; sexta e sétima
79 para atender a Vara de Família e Anexos e oitava para atender às demandas de Infância e Juventude
80 na área cível e infracional, bem como atuar junto aos Conselhos Tutelares e à rede de atendimento
81 à criança e ao adolescente. Foram criadas também a primeira, segunda e terceira Defensoria
82 Pública Itinerante de Campo Mourão. Em relação a Curitiba, houve alteração na primeira, segunda
83 e terceira Defensoria Pública, essas passaram a constar: primeira Defensoria Pública de Curitiba
84 com atribuição para atender à primeira Vara de Infância e Juventude na área cível e atuação junto
85 aos Conselhos Tutelares e à rede de atendimento à criança e ao adolescente; segunda Defensoria
86 Pública de Curitiba com atribuição para atender à segunda Vara de Infância e Juventude na área
87 cível e atuação junto aos Conselhos Tutelares e à rede de atendimento à criança e ao adolescente
88 e; terceira Defensoria Pública de Curitiba com atribuição para atender às primeira Vara de Infância
89 e Juventude na área cível na defesa dos direitos da parte contrária àquela atendida pela primeira
90 Defensoria Pública de Curitiba, e atuação junto aos Conselhos Tutelares e à rede de atendimento
91 à criança e ao adolescente. Criou-se a centésima quadragésima quarta Defensoria Pública de
92 Curitiba com atribuição para atender a segunda Vara de Infância e Juventude na área cível na
93 defesa dos direitos da parte contrária àquela atendida pela segunda Defensoria Pública de Curitiba,
94 e atuação junto aos Conselhos Tutelares e à rede de atendimento à criança e ao adolescente. Foram
95 criados também os cargos para a Cidade de Francisco Beltrão, sendo oito Defensorias: A Primeira
96 com atribuição para atender o Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública; segunda
97 com atribuição para atender a primeira Vara Cível e da Fazenda Pública; terceira com atribuição
98 para atender a segunda Vara Cível e da Fazenda Pública; quarta com atribuição para atender a
99 Vara Criminal; quinta e sexta com atribuição para atender a Vara de Execuções Penais e
100 Corregedoria dos Presídios e prestar atendimento jurídico nos estabelecimentos penais, bem como
101 acompanhar os procedimentos relativos ao Conselho Disciplinar; sétima e oitava com atribuição
102 para atender a Vara de Família e Sucessões, Infância e Juventude e Registros Públicos. Finalizada
103 esta análise, foi observada a deliberação um de dois mil e dezesseis, que trata sobre as remoções
104 de membros, e decidido alterar o artigo quinto, parágrafo segundo que passará a constar que a
105 remoção a pedido será realizada em dia, horário e local definidos no ato de aviso de existência de
106 vaga. Decidido também alterar o caput do artigo oitavo para constar que o resultado do concurso
107 de remoção será publicado no diário oficial do Estado e a efetiva designação para nova Defensoria
108 Pública dependerá de ato do Defensor Público-Geral do estado, após decisão do Conselho
109 Superior. Para esta última alteração, foi aberta votação e houve voto contrário do Dr. Erick. C) -
110 **O encerramento da Sessão:** A presidência encerrou a reunião, às quinze horas e trinta minutos e,
111 para constar, eu, Roseni Barboza dos Santos Possani, Secretária do Conselho Superior, lavrei a
112 presente ata que, se aprovada, vai assinada por mim _____, pelo Presidente e
113 por todos os presentes. Curitiba, sete de março de dois mil e dezesseis.

Sérgio Roberto R. Parigot de Souza

Eduardo Pião Ortiz Abraão



**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR**

Vânia Maria Forlin

Gerson da Silva

Andreza Lima de Menezes

Erick Le Palazzi Ferreira

Henrique Camargo Cardoso

Monia Regina Damião Serafim

Nicholas Moura e Silva

Thaísa Oliveira dos Santos